

Modelo em revisão

(entrevista)

André Mermelstein e Samuel Possebon, de Brasília
and@convergencm.com.br | sam@convergencm.com.br

Modelo em revisão

Em sua segunda passagem pelo comando do Ministério da Cultura (o anterior foi no governo Lula, de 2008 a 2010, sucedendo Gilberto Gil, de quem foi secretário executivo), o sociólogo Juca Ferreira enfrenta desafios ainda maiores, como as restrições impostas pelo ajuste fiscal do governo federal. Mas encontra também uma situação de amadurecimento de várias políticas que foram gestadas em sua primeira passagem e que hoje dão frutos.

Nesta entrevista exclusiva, ele fala de suas visões para os modelos de financiamento público da produção e da necessidade de se abrir os olhos para outros formatos de distribuição de conteúdos audiovisuais.

TELA VIVA - O ministério pretende propor a renovação dos mecanismos de incentivo da Lei do Audiovisual, que expiram em 2017?

JUCA FERREIRA - Sim, não há porque suspender intencionalmente. A experiência do audiovisual (da lei) é positiva, é a área que mais cresceu. A lei das TVs por assinatura (Lei 12.455/11) veio a acrescentar em termos de recursos e área de atuação. Pretendemos dar muita força a jogos e cinema de animação, avançando mais ainda, saindo um pouco do audiovisual em si e pensando na apropriação por parte da sociedade dessa produção. Estamos estreitando por exemplo os laços com o Ministério da Educação e haverá uma demanda de produtos para salas de aulas e que possam ser usados pelas próximas gerações. Temos uma excelente tradição de documentários autorais, mas não temos tradição em documentários de educação, de história, questões variadas.



Mas isso seria complementar ao que é feito ou substituindo, mudando o foco? Não vamos abrir mão do que já existe, daquilo que já fazemos, será um movimento complementar. Precisamos

“É UM ESCÂNDALO QUE UM FILME BRASILEIRO SEJA RETIRADO DE EXIBIÇÃO ANTES DE CUMPRIR SUA TRAJETÓRIA ECONÔMICA, MESMO ESTANDO ÀS VEZES ACIMA DA MÉDIA DE PÚBLICO”

conquistar mais público para o cinema brasileiro, e é preciso que o país regulamente essas coisas de se ocupar 75% das salas com um único filme estrangeiro. Não sou muito favorável a usar abusivamente a cota de tela, porque ela depende da capacidade de conquista de público e se você exagera para além da capacidade do cinema brasileiro atrair público ficam as salas vazias, não é o que a gente quer. Mas é um escândalo que um filme brasileiro seja retirado de exibição antes de cumprir sua trajetória econômica mesmo estando às vezes acima da média de público. Não temos provas, mas tenho evidências de que os exibidores compram pacotes e acompanhando cada blockbuster há uma lista de filmes carregados o que têm incidência na ocupação. A sala de exibição tem períodos de pico e de menos intensidade e isso precisa ser compreendido. Senão, o cinema brasileiro não avança. Não adianta produzir quase 200 filmes se não é para exibir, para fazer chegar ao público.

Isso não é em parte consequência do modelo de fomento que não estimula tanto o diálogo com o público, já que os filmes se pagam na própria produção?

É isso, estou inteiramente de acordo. A pergunta traz a resposta. É preciso aprimorar os mecanismos de fomento, que apesar de serem bem sucedidos precisam avançar para que o audiovisual brasileiro vire uma indústria de fato, com público, se auto-financie e não fique dependendo do financiamento a fundo perdido.

E o Ministério da Cultura vai propor alguma coisa nesse sentido?

Prefiro conversar com a categoria e ouvir. Sei que a categoria gosta do modelo atual, é óbvio, mas vou estimular para que a gente saia junto da zona de conforto.

Inclusivo em relação a buscar outras plataformas de distribuição? A TV até passou a ser mais aceita agora porque a Lei do SeAC abriu um mercado, mas outras plataformas, como Internet, VOD, não são tão exploradas.

É isso. Eu diria que as novas gerações de cineastas não tem essa visão preconceituosa a que você se refere. Sinto que já estamos mudando, mas é preciso acelerar esse processo. Precisamos incorporar também um diálogo com o Mercosul, América Latina, países ibero-americanos para criar sistemas comuns de coprodução, exibição... Será bom para o Brasil e outros países como Argentina, Chile e Uruguai que produzem. Se criarmos um mercado comum de exibição, divulgação, coprodução teremos uma potência muito maior do que se pensar apenas no nosso próprio território. A limitação da língua não é desculpa. O cinema americano fez tudo esse sucesso no âmbito de 90% das pessoas não entendem uma palavra e assistem e gostam. O espanhol e português são línguas irmãs muito próximas. Não é essa a barreira, é a nossa tradição de "encasamento". E pela importância do Brasil cabe a nós o papel de "vangarar" esse mercado comum e produção de sistemas de exibição.

Que avaliação você faz hoje da Lei do SeAC? Não em termos estatísticos, numéricos, mas em resultados culturais.

Eu acho que até pelo privilégio de ter um mercado que fala a nossa língua e não fala as demais, a gente deveria ter um público maior. A gente deveria melhorar o padrão dos roteiros, melhorar a linguagem

cineamatográfica. Os cineastas, diretores, roteiristas deveriam ter maior preocupação com conquista de público. Não sou uma pessoa satisfeita com o nível que a gente chegou. Podemos chegar muito mais longe e ter um cinema que conquiste público não só aqui como lá fora. O Brasil é um país que faz coisas que já fazemos, será um movimento complementar. Precisamos

Mas e especificamente no caso da produção para a TV?

No caso da TV, a produção mal está começando. Ela explodiu com a lei, mas é o começo. Quando a lei começou, lembro que havia apenas duas atitudes em relação a ela na área do cinema: ou eram contra ou eram indiferentes. Poucos perceberam a potência da lei que se estava tentando viabilizar. Agora acordaram e perceberam que se abriu uma porta gigantesca para a produção audiovisual, mas é uma

“A INTERNET HOJE É O PRINCIPAL ESPAÇO CULTURAL DO MUNDO. SE NÃO FORMOS CAPAZES DE ENTENDER ISSO E PRODUIZIR PARA ELA, DIFICILMENTE A GENTE VAI DAR CERTO”

linguagem diferente, o ângulo é diferente, e a gente está mal começando. Ainda não podemos dizer que o caminho foi encontrado.

Na sua primeira gestão havia uma tentativa de integração maior entre a área de cultura digital e a área audiovisual, mas isso nunca aconteceu de fato. Como se junta essas duas mundos?

Junta porque a Internet hoje é o principal espaço cultural do mundo e tem incidência em todos os países. Se não formos capazes de entender isso e produzir para a Internet, dificilmente a gente vai dar certo. Tenho visto que alguns gestores privados e públicos fora do Brasil fream surpresas com a ênfase que a gente dá para salas de exibição, que é um espaço que na verdade está sendo a ser substituído por outros. É preciso toda uma

estratégia, incluindo a produção de conteúdos para essa área.

A nossa estrutura legal e regulatória, de fomento, precisa ser ajustada para isso? A Ancine tem que ser repensada para isso?

Uma das coisas que eu encontrarei e acho que foi uma perda nesses últimos anos em que estive fora (do MinC) foi o esvaziamento da Secretaria do Audiovisual (SAV). Há um desequilíbrio. A Ancine tem um papel mas ela não consegue abarcar todas as funções. Esse desequilíbrio nos coloca prisioneiros do modelo existente, uma vez que a agência é uma estrutura de operação. Se não houver uma reflexão sobre essas operações e sobre o conteúdo que está sendo produzido não avança. Estamos em processo de constituir um sistema do audiovisual, dentro do Ministério da Cultura, em que a agência terá um papel, a SAV terá outro papel, a Cinematosa voltará a ser seu papel de preservação de memória e o CTAV precisa redefinir seus objetivos no momento em que o digital já é infinitamente mais importante. Então, quero fazer isso junto, criar um sistema compartilhado, onde teremos que rever as políticas, abrir novas fronteiras, repensar os mecanismos atuais. Puro importa a opinião do ministro, o mais importante é que seja um debate aberto em que cineastas, produtores e todos aqueles que fazem parte da cadeia atual e das futuras participem. A reconstituição da política do audiovisual precisa ser traumática, pode ser uma reflexão conjunta de produtores, investidores, poder público e toda a área.

Isso está combinado com a Ancine?

Estamos combinando. Eu sou do diálogo, prefiro construir processos onde todos tenham a possibilidade de participar e defender seus pontos de vista. Eu penso isso o meu poder de ministro para impor políticas.

O Conselho Superior de Cinema terá que papel nesse novo sistema?

(entrevista)

Tem um papel importante de reafirmar, levantar questões, mas há um sistema que precisa funcionar até para ele ter insumos e referências. O Conselho já foi reativado, trouxe uma série de questões, a questão do digital, das novas frentes de produção, do processo da Lei do SeAC nos tribunais. O primeiro encontro foi muito bom, mas foi mais para atualizar as questões. Mas ele não tem condições, até estruturais, de produzir políticas. Isso tem que ser feito em um processo mais amplo, não apenas nos gabinetes oficiais. Nós temos um papel a propor, os produtores terão um papel, a área digital tem algo a propor, as TVs têm um papel. Queremos criar um sistema que seja uma reflexão em conjunto, envolva outros ministérios, Comunicações, Educação, para buscar materiais didáticos audiovisuais. Morei dois anos fora, e já havia morado 12 anos fora, e tenho convicção que estamos muito atrasados na questão do papel que os conteúdos audiovisuais podem ter na educação.

A EBC tem que papel nesse sistema?

Acabei de vir da Secretaria de Comunicação (Secom) e eles estão refletindo sobre como desdobrar essa experiência da EBC. Não discutimos a questão da vinculação (ao MinC). Eu acho que houve um erro na modelagem da EBC, e essa é uma opinião minha. Aquela proposta que desenvolvemos nos seminários sobre TV pública formatou de forma bastante avançada o que seria o futuro da TV pública. Mas aquilo não foi considerado na formação da EBC. E eu acho que as dificuldades que ela encontra estão muito ligadas à falta de um projeto cultural consistente e amplo e com uma força cultural para que a produção, a ocupação da grade, tenham uma lucidez maior em relação ao papel da TV pública no século 21.

Como anda a relação do ministério com a Ancine?

É boa. Eu gosto do Manoel Rangel, ele é um bom quadro, há um avanço



“A SAV PODERIA COORDENAR ESSE PROCESSO POLÍTICO DE REFORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS AUDIOVISUAIS, MODERNIZAÇÃO, AVANÇOS, DE MANEIRA HARMONIOSA COM A ANCINE”

emorme. Me surpreendi positivamente com a implantação do Fundo Setorial do Audiovisual. Na minha primeira gestão (no MinC) o fundo era uma cacofonia, uma dificuldade de entendimento do setor, e hoje há uma base, ninguém questiona o funcionamento, à laisura. A crítica que eu tenho ouvido, e me parece que os críticos têm razão, é a questão da burocracia excessiva e a necessidade de funcionar no timing que a indústria exige. Estamos acordados com a Ancine de que vamos rever os procedimentos para melhorar isso.

A Secretaria do Audiovisual participará disso?

Ela deve participar. Quero montar esse sistema em que a SAV terá um papel importante, a Ancine terá um papel importante. A SAV poderia coordenar esse processo político de reformulação das políticas audiovisuais, modernização, avanços, e acho que isso pode ser feito de maneira harmoniosa com a agência. Há a expectativa de algumas pessoas que estão no front-line com a Ancine de uma coisa traumática. Uma das coisas que eu desevolvi é que eu não poderia ser cirurgião (risos), não trabalho com bisturi. Minha abordagem é mais gramsciana, na busca de consensos, e dá para fazer. A gestão atual da Ancine tem um futuro positivo e o que for necessário mudar iremos ajustar.

A Ancine é hoje uma máquina de gerar e gerir recursos, e boa parte disso alimenta o Tesouro, só uma parte volta

para o setor. Qual a chance desses recursos crescerem?

Não é tão pouco o que volta e estamos trabalhando para que seja mais. Mas o momento é o pior possível, pois o governo precisa sinalizar para a sociedade que está cortando gastos, a sociedade percebeu que o governo agiu um pouco atrasado em relação à mudanças de conjuntura, à queda de demanda das commodities, então estamos em um momento de corte de rumos. Estamos procurando proteger a área cultural, tivemos um índice de corte menor do que a mídia e o que temos estamos qualificando para atingir o mínimo possível. O Fundo Setorial do Audiovisual foi razoavelmente preservado. Mas há uma situação que nem tudo o que é arrecadado em termos de área, em termos de Condição, e estamos tentando colocar essa discussão de uma forma estratégica. Mas também é preciso conquistar mais público, qualificar as produções. A sociedade, na medida em que vai sentindo a importância do audiovisual, dará ao setor força política para demandar mais investimentos. É uma dialética que aprendemos. Salimos no governo Lula de uma média de R\$ 250 milhões, que era a série histórica do orçamento no governo FHC, para mais de R\$ 2,3 bilhões agora, e isso

(entrevista)

foi feito pelo prestígio da área cultural junto à sociedade. O caminho é esse, é uma afirmação política do setor.

Na área audiovisual há muito se fala em desenvolver uma indústria, até se falava no início em vincular a Ancine ao Ministério do Desenvolvimento (MDIC).

Era uma discussão equivocada. Os próprios defensores de levar a Ancine para o MDIC tinham como justificativa real o fato de ficar mais perto da chave do cofre, quando na política real a menor distância nem sempre é uma linha reta. Estar mais perto do cofre é bom por um lado mas coloca o setor em posição secundária e periférica em relação a tudo o que o MDIC trata, enquanto aqui é central. Acho que esse movimento de redistribuir a vinculação perdida força, tem força zero, e a repercussão no meio é muito pequena. Tentaram levantar essa discussão no encontro que eu tive com os cineastas mas eles mesmos desistiram.

Mas e os canais de TV, as emissoras, eles não necessariamente pensam assim...

O problema desse setor é que ele não viu com bons olhos a questão da cota de tela para a produção brasileira, então se fez tentar levar para o MDIC para quebrar a cota de tela, certamente o segmento de produção não vai gostar muito da ideia. Tudo indica que essa é uma perspectiva datada e retrocessa. É a dificuldade de compreender que os canais de TV paga têm que participar do processo de valorização do conteúdo nacional e têm que abrir as telas para viabilizar essa produção. Isso é estratégico.

Nesse debate sobre o sistema audiovisual que você mencionou, será retomada a discussão da revisão da legislação audiovisual?

Tudo na vida tem a gestação, cresce, se desenvolve e chega à plenitude, e toda a legislação é



“É PRECISO CONQUISTAR MAIS PÚBLICO, QUALIFICAR AS PRODUÇÕES. A SOCIEDADE NEM MEDIDA EM QUE VAI SENTINDO A IMPORTÂNCIA DO AUDIOVISUAL, DARÁ AO SETOR FORÇA POLÍTICA PARA DEMANDAR MAIS INVESTIMENTOS”

passível de sofrer um balanço, uma revisão, ser superada por outra que represente um avanço. Há limites no modelo de financiamento hoje, e é possível que avancemos para outro modelo. Mas nada será unilateral, partindo do ministério. Tudo será público e discutido com o setor. Não tirarei nenhuma carta da manga, faltei às aulas de mágica (risos). Não é meu estilo, políticas públicas não podem ser feitas em gabinete, mas a luz do dia. O que estou discutindo é a Lei Rouanet, que é absolutamente nefasta e precisa de correções nas suas distorções. Nosso cronograma é imediatista, já estamos trabalhando. Foi aprovada na Câmara com algumas "jubatarias", poderíamos

até trazer de volta, mas vamos tentar trabalhar com o Senado. Existe já uma consistência acumulada. A Lei do Audiovisual não está na ordem do dia, mas quando formos discutir os limites do modelo de fomento alguma coisa vai aparecer de modificação.

E a legislação de direito autor?

Essa também está na ordem do dia, com uma discussão bem avançada. Na área dos direitos já há quase unanimidade de que não há direito autor sem a regulação do estado. A internet é um problema para a música porque é a maior economia, mas ao mesmo tempo não se paga os direitos aos artistas, e é preciso pagar. As empresas que operam globalmente se beneficiam da falta de legislação e de uma postura atualizada do Estado brasileiro no sentido de regular e garantir os valores devidos. O conteúdo audiovisual também é problemático, talvez em uma escala menor, não apenas pelo direito do autor, mas também das empresas que investiram, que se sentem lesadas por um sistema global que ignora a necessidade de pagamento. Temos que regular o direito autoral no âmbito da Internet. Hoje não temos nada. Na música, o ECAD não tem autoridade para arrecadar e a música produzida com uma estrutura que seja ágil e transparente. Se será público ou privado esse ente, está a se definir. Mas é preciso ter um sistema de radar para que não se perca um centavo sequer. Vamos sair de uma perda quase que absoluta de direitos na Internet para um ambiente de controle total de arrecadação, porque a tecnologia permite isso. As empresas globais precisam pagar.

Como será o regulador, o organismo arrecadador, no caso da música?

Esses debates teremos com os artistas para definir. Mas na música isso está muito mais avançado do

**André Mermelstein e Samuel Possebon, de
Brasília**

Em sua segunda passagem pelo comando do Ministério da Cultura (a anterior foi no governo Lula, de 2008 a 2010, sucedendo Gilberto Gil, de quem foi secretário executivo), o sociólogo Juca Ferreira enfrenta desafios ainda maiores, como as restrições impostas pelo ajuste fiscal do governo federal. Mas encontra também uma situação de amadurecimento de várias políticas que foram gestadas em sua primeira passagem e que hoje dão frutos.

Nesta entrevista exclusiva, ele fala de suas visões para os modelos de financiamento público da produção e da necessidade de se abrir os olhos para outros formatos de distribuição de conteúdos audiovisuais.

TELA VTVA - O ministério pretende propor a renovação dos mecanismos de incentivo da Lei do Audiovisual, que expiram em 2017?

Juca Ferreira - Sim, não há porque suspender intempestivamente. A experiência do **Audiovisual** (da lei) é positiva, é a área que mais cresceu. A lei das TVs por assinatura (Lei 12.455/11) veio a acrescentar em termos de recursos e área de atuação. Pretendemos dar muita força a jogos e cinema de animação, avançando mais ainda, saindo um pouco do **Audiovisual** em si e pensando na apropriação por parte da sociedade dessa produção. Estamos estreitando por exemplo os laços com o Ministério da Educação e haverá uma demanda de produtos para salas de aulas e que possam ser usados pelas próximas gerações. Temos uma excelente tradição de **Documentários** autorais, mas não temos tradição em **Documentários** de educação, de história, questões variadas.

Mas isso seria complementar ao que é feito ou substituindo, mudando o foco?

Não vamos abrir mão do que já existe, daquilo que já fazemos, será um movimento complementar. Precisamos

conquistar mais público para o cinema brasileiro, e é preciso que o país regule essa coisa de se ocupar 75% das salas com um único filme estrangeiro. Não sou muito favorável a usar abusivamente a cota de tela, porque ela depende da capacidade de conquista de público e se você exagera para além da capacidade do cinema brasileiro atrair público ficam as salas vazias, não é o que a gente quer. Mas é um escândalo que um filme brasileiro seja retirado de exibição antes de cumprir sua trajetória econômica mesmo estando às vezes acima da média de público. Não temos provas, mas tenho evidências de que os exibidores comprem pacotes e acompanhando cada blockbuster há uma lista de filmes carregados e que têm incidência na ocupação. A sala de exibição tem períodos de pico e de menos intensidade e isso precisa ser compreendido. Senão, o cinema brasileiro não avança. Não adianta produzir quase 200 filmes se não é para exibir, para fazer chegar ao público.

Isso não é em parte consequência do modelo de fomento que não estimula tanto o diálogo com o público, já que os filmes se pagam na própria produção?

É isso, estou inteiramente de acordo. A pergunta traz a resposta.

É preciso aprimorar os mecanismos de fomento, que apesar de serem bem sucedidos precisam avançar para que o **Audiovisual** brasileiro vire uma indústria de fato, com público, se auto-financie e não fique pendurado

no financiamento a fundo perdido.

E o Ministério da Cultura vai propor alguma coisa nesse sentido?

Prefiro conversar com a categoria e ouvir. Sei que a categoria gosta do modelo atual, é cômodo, mas vou estimular para que a gente saia junto da zona de conforto.

Inclusive em relação a buscar outras plataformas de distribuição? A TV até passou a ser mais aceita agora porque a Lei do SeAC abriu um mercado, mas outras plataformas, como Internet, VOD, não são tão exploradas.

É isso. Eu diria que as novas gerações de cineastas não tem essa visão preconceituosa a que você se refere. Sinto que já estamos mudando, mas é preciso acelerar esse processo. Precisamos incorporar também um diálogo com o Mercosul, América Latina, países ibero-americanos para criar sistemas comuns de coprodução, exibição... Será bom para o Brasil e outros países como Argentina, Chile e Uruguai que produzem. Se criarmos um mercado comum de exibição, divulgação, coprodução teremos uma potência muito maior do que se pensar apenas no nosso próprio território. A limitação da língua não é desculpa. O cinema americano fez todo esse sucesso no mundo e 90% das pessoas não entendem uma palavra e assistem e gostam. O espanhol e português são línguas irmãs muito próximas. Não é essa a barreira, é a nossa tradição de "encimesmamento". E pela importância do Brasil cabe a nós o papel de "vanguardiar" esse mercado comum e produção de sistemas de exibição.

Que avaliação você faz hoje da Lei do SeAC? Não em termos estatísticos, numéricos, mas em resultados culturais.

Eu acho que até pelo privilégio de ter um mercado que fala a nossa língua e não fala as demais, a gente deveria ter um público maior. A gente deveria melhorar o padrão dos roteiros, melhorar a linguagem cinematográfica. Os cineastas, diretores, roteiristas deveriam ter maior preocupação com conquista de público. Não sou uma pessoa satisfeita com o nível que a gente chegou. Podemos chegar muito mais longe e ter um cinema que conquiste público não só aqui como lá fora. O Brasil é um país que interessa, veja as propostas que recebemos de parcerias, de festivais, intercâmbios, são muitas. Nos acomodamos em um certo patamar.

Mas e especificamente no caso da produção para a TV?

No caso da TV, a produção mal está começando. Ela explodiu com a lei, mas é o começo. Quando a lei começou, lembro que havia apenas duas atitudes em relação a ela na área do cinema: ou eram contra ou eram indiferentes. Poucos perceberam a potência da lei que se estava tentando viabilizar. Agora acordaram e perceberam que se abriu uma porta gigantesca para a produção **Audiovisual**, mas é uma

linguagem diferente, o ângulo é diferente, e a gente está mal começando. Ainda não podemos dizer que o caminho foi encontrado.

Na sua primeira gestão havia uma tentativa de integração maior entre a área de cultura digital e a área **Audiovisual, mas isso nunca aconteceu de fato. Como se junta esses dois mundos?**

Junta porque a Internet hoje é o principal espaço cultural do mundo e tem incidência em todos os países. Se não formos capazes de

entender isso e produzir para a Internet, dificilmente a gente vai dar certo. Tenho visto que alguns gestores privados e públicos fora do Brasil ficam surpresos com a ênfase que a gente dá para salas de exibição, que é um espaço que na verdade está condenado a ser substituído por outros. É preciso toda uma estratégia, incluindo a produção de conteúdos para essa área.

A nossa estrutura legal e regulatória, de fomento, precisa ser ajustada para isso? A Ancine tem que ser repensada para isso?

Uma das coisas que eu encontrei e eu acho que foi uma perda nesses últimos anos em que estive fora (do MinC) foi o esvaziamento da Secretaria do **Audiovisual** (SAv). Há um desequilíbrio. A **Ancine** tem um papel mas ela não consegue abarcar todas as funções. Esse desequilíbrio nos coloca prisioneiros do modelo existente, uma vez que a agência é uma estrutura de operação. Se não houver uma reflexão sobre essas operações e sobre o conteúdo que está sendo produzido não avança. Estamos em processo de constituir um sistema do **Audiovisual**, dentro do **Ministério da Cultura**, em que a agência terá um papel, a SAv terá outro papel, a Cinemateca voltará a ter seu papel de preservação de memória e o CTAV precisa redefinir seus objetivos no momento em que o digital já é infinitamente mais importante. Então, quero fazer isso junto, criar um sistema compartilhado, onde teremos que rever as políticas, abrir novas fronteiras, repensar os mecanismos atuais. Pouca importa a opinião do ministro, o mais importante é que seja um debate aberto em que cineastas, produtores e todos aqueles que fazem parte da cadeia atual e das futuras participem. A reconstituição da política do **Audiovisual** não precisa ser traumática, pode ser uma reflexão conjunta de produtores, investidores, poder público e toda a área.

Isso está combinado com a Ancine?

Estamos combinando. Eu sou do diálogo, prefiro construir processos onde todos tenham a possibilidade de participar e defender seus pontos de vista. Eu pouco uso o meu poder de ministro para impor políticas.

O Conselho Superior de Cinema terá que papel nesse novo sistema?

Tem um papel importante de referendar, levantar questões, mas há um sistema que precisa funcionar até para ele ter insumos e referências. O Conselho já foi reativado, trouxe uma série de questões, a questão do digital, das novas fronteiras de produção, do processo da Lei do SeAC nos tribunais. O primeiro encontro foi muito bom, mas foi mais para atualizar as questões. Mas ele não tem condições, até estruturais, de produzir políticas. Isso tem que ser feito em um processo mais amplo, não apenas nos gabinetes oficiais. Nós temos um papel a propor, os produtores terão um papel, a área digital tem algo a propor, as TVs têm um papel. Queremos criar um sistema que seja uma reflexão em conjunto, envolver outros ministérios, Comunicações, Educação, para buscar materiais didáticos audiovisuais. Morei dois anos fora, e já havia morado 12 anos fora, e tenho convicção que estamos muito atrasados na questão do papel que os conteúdos audiovisuais podem ter na educação.

A EBC tem que papel nesse sistema?

Acabei de vir da Secretaria de Comunicação (Secom) e eles estão refletindo sobre como desdobrar essa experiência da EBC. Não discutimos a questão da vinculação (ao MinC). Eu acho que houve um erro na modelagem da EBC, e essa é uma opinião minha. Aquele

processo que desenvolvemos nos seminários sobre TV pública formatou de forma bastante avançada o que seria o futuro da TV pública. Mas aquilo não foi considerado na formação da EBC. E eu acho que as dificuldades que ela encontra estão muito ligadas à falta de um projeto cultural consistente e amplo e com uma força cultural para que a produção, a ocupação da grade, tenham uma lucidez maior em relação ao papel da TV pública no século 21.

Como anda a relação do ministério com a Ancine?

É boa. Eu gosto do **Manoel Rangel**, ele é um bom quadro, há um avanço enorme. Me surpreendi positivamente com a implantação do Fundo Setorial do **Audiovisual**. Na minha primeira gestão (no MinC) o fundo era uma cacofonia, uma dificuldade de entendimento do setor, e hoje há uma base, ninguém questiona o funcionamento, a lisura. A crítica que eu tenho ouvido, e me parece que os críticos têm razão, é a questão da burocracia excessiva e a necessidade de funcionar no timing que a atividade exige. Estamos acordados com a **Ancine** de que vamos rever os procedimentos para melhorar isso.

A Secretaria do Audiovisual participaria disso?

Ela deve participar. Quero montar esse sistema em que a SAV terá um papel importante, a **Ancine** terá um papel importante. A SAV poderia coordenar esse processo político de reformulação das políticas audiovisuais, modernização, avanços, e acho que isso pode ser feito de maneira harmoniosa com a agência. Há a expectativa de algumas pessoas que estão no frontline com a **Ancine** de uma coisa traumática. Uma das coisas que eu descobri é que eu não poderia ser cirurgião (risos), não trabalho com bisturi. Minha

abordagem é mais gramsciana, na busca de consensos, e dá para fazer. A gestão atual da **Ancine** tem um processo positivo e o que for necessário mudar faremos juntos.

A Ancine é hoje uma máquina de gerar e gerir recursos, e boa parte disso alimenta o Tesouro, só uma parte volta para o setor. Qual a chance desses recursos crescerem?

Não é tão pouco o que volta e estamos trabalhando para que seja mais. Mas o momento é o pior possível, pois o governo precisa sinalizar para a sociedade que está cortando gastos, a sociedade percebeu que o governo agiu um pouco atrasado em relação à mudanças de conjuntura, à queda de demanda das commodities, então estamos em um momento de correção de rumos. Estamos procurando proteger a área cultural, tivemos um índice de corte menor do que a média e o que cortou estamos qualificando para afetar o mínimo possível. O Fundo Setorial do **Audiovisual** foi razoavelmente preservado. Mas há uma situação em que nem tudo o que é arrecadado vem para a área, em termos de Condecine, e estamos tentando colocar essa discussão de uma forma estratégica. Mas também é preciso conquistar mais público, qualificar as produções. A sociedade, na medida em que vai sentindo a importância do **Audiovisual**, dará ao setor força política para demandar mais investimentos. É uma dialética que aprendemos. Saímos no governo Lula de uma média de R\$ 250 milhões, que era a série histórica do orçamento no governo FHC, para mais de R\$ 2,3 bilhões agora, e isso foi feito pelo prestígio da área cultural junto à sociedade. O caminho é esse, é uma afirmação política do setor.

Na área Audiovisual há muito se fala em desenvolver uma indústria, até se falava no início em vincular a Ancine ao Ministério do

Desenvolvimento (MDIC).

Era uma discussão equivocada.

Os próprios defensores de levar a **Ancine** para o MDIC tinham como justificativa real o fato de ficar mais perto da chave do cofre, quando na política real a menor distância nem sempre é uma linha reta. Estar mais perto do cofre é bom por um lado mas coloca o setor em posição secundária e periférica em relação a tudo o que o MDIC trata, enquanto aqui é central. Acho que esse movimento de rediscutir a vinculação perdeu força, tem força zero, e a repercussão no meio é muito pequena. Tentaram levantar essa discussão no encontro que eu tive com os cineastas mas eles mesmos desautorizaram.

Mas e os canais de TV, as emissoras, eles não necessariamente pensam assim...

O problema desse setor é que ele não viu com bons olhos a questão da cota de tela para a produção brasileira, então se for tentar levar para o MDIC para quebrar a cota de tela, certamente o segmento de produção não vai gostar muito da ideia. Tudo indica que essa é uma problemática datada e um retrocesso. É a dificuldade de compreender que os canais de TV paga têm que participar do processo de valorização do conteúdo nacional e têm que abrir as telas para viabilizar essa produção. Isso é estratégico.

Nesse debate sobre o sistema **Audiovisual que você mencionou, será retomada a discussão da revisão da legislação **Audiovisual**?**

Tudo na vida tem a gestação, cresce, se desenvolve e chega à plenitude, e toda a legislação é passível de sofrer um balanço, uma revisão, ser superada por outra que represente um avanço. Há limites no modelo de

financiamento hoje, e é possível que avancemos para outro modelo. Mas nada será unilateral, partindo do ministério. Tudo será público e discutido com o setor. Não tirarei nenhuma carta da manga, falei às aulas de mágica (risos). Não é meu estilo, políticas públicas não podem ser feitas em gabinete, mas à luz do dia. O que estou discutindo é a **Lei Rouanet**, que é absolutamente nefasta e precisa de correções nas suas distorções. Nosso cronograma é imediato, já estamos trabalhando. Foi aprovada na Câmara com algumas "jabuticabas", poderíamos até trazer de volta, mas vamos tentar trabalhar com o Senado. Existe já uma consciência acumulada. A **Lei do Audiovisual** não está na ordem do dia, mas quando formos discutir os limites do modelo de fomento alguma coisa vai aparecer de modificação.

E a legislação de direito autoral?

Essa também está na ordem do dia, com uma discussão bem avançada. Na área dos músicos já há quase unanimidade de que não há direito autoral sem a regulação do estado. A internet é um problema para a música porque é a maior economia, mas ao mesmo tempo não se paga os direitos aos artistas, e é preciso pagar. As empresas que operam globalmente se beneficiam da falta de legislação e de uma postura ainda tímida do Estado brasileiro no sentido de regular e garantir os valores devidos. O conteúdo **Audiovisual** também é problemático, talvez em uma escala menor, não apenas pelo direito do autor, mas também das empresas que investiram, que se sentem lesadas por um sistema global que ignora a necessidade de pagamento. Temos que regular o direito autoral no âmbito da Internet. Hoje não temos nada. Na música, o ECAD não tem autoridade para arrecadar e os músicos preferem uma estrutura que seja ágil e transparente. Se será público ou privado esse

ente, está a se definir. Mas é preciso ter um sistema de radar para que não se perca um centavo sequer. Vamos sair de uma perda quase que absoluta de direitos na Internet para um ambiente de controle total de arrecadação, porque a tecnologia permite isso. As empresas globais precisam pagar.

Como será o regulador, ou organismo arrecadador, no caso da música?

Esse debate teremos com os artistas para definir. Mas na música isso está muito mais avançado do que no **Audiovisual**, essa discussão. A internet rende dinheiro, ela é meio invisível mas hoje é a maior economia na distribuição de conteúdos, mas as questões dos direitos, as questões tributárias, nada disso está claro. Estas empresas precisarão sair das nuvens e baixar na Terra e ter uma âncora aqui. Isso é um problema mundial, na França essas empresas globais estão sendo cercadas, na Alemanha idem. São os desafios do século 21 e aí de quem ficar atrasado. Os músicos hoje estão mais sensíveis a isso, mas quero abrir esse debate ao **Audiovisual**, porque já há conteúdos rentáveis, já há espaço ocupado, não é irrisório o que se gera de economia.

Nas plataformas on-demand deveria haver mecanismos como cotas, como há para a TV por assinatura?

No não-linear, na Internet, é complicado cota, o conceito é da cauda longa. Essa discussão precisa ser colocada, mas acho que o modelo de cota na Internet não funciona. Na oferta, eles já querem o nosso conteúdo, já existe essa demanda. Uma dessas empresas globais me procurou no primeiro mandato para propor digitalizar a Biblioteca Nacional. O primeiro impulso foi de felicidade, mas quando ele me disse que os direitos ficavam com eles, eu disse não.

Eles estão sempre oferecendo espelinhos, como os portugueses fizeram com os índios. Não podemos cair nessa cilada, essa já é manjada.

De que maneira vocês estão se posicionando sobre o julgamento da Lei do SeAC no Supremo?

Somos absolutamente contra (derrubar a lei), estamos entrando em contato com o Tribunal, mostrando o quão nocivo seria para a cultura brasileira não ter esses mecanismos. Essa é uma contingência importante para a cultura brasileira. Mas o Judiciário é autônomo, vamos ver o que acontece.

Não há pouca mobilização do setor em relação a estas ações?

É verdade. Um dos aspectos que foi uma constante nos oito anos que estivemos, eu e Gil, à frente do ministério, é que os artistas têm uma dificuldade de localizar as questões centrais que estão sendo colocadas. Eu já citei que essa Lei do SeAC teve ou indiferença ou oposição. Depois que ela se materializa todos rendem homenagem, esquecem até de onde saiu. Em muito do que fizemos tivemos oposição inicial de setores da cultura brasileira. Muito em parte por conta do "farinha pouca, meu pirão primeiro". Um certo patrimonialismo. A proposta mesmo de colocar a **Ancine** perto da "chave do cofre" é simplória e equivocada em um nível quase infantil. É preciso um amadurecimento político do setor, saber se mobilizar em momentos importantes. Se por acaso as cotas caem, desequilibra-se toda a negociação que deu sustentação à lei, vai "pro vinagre". As emissoras aceitaram a restrição à propriedade cruzada pela presença do conteúdo nacional. Se você retira uma peça do que foi costurado com um pacto, inviabiliza a

lei, e isso só beneficia as empresas globais que operam sem nenhum compromisso para o desenvolvimento do conteúdo brasileiro.

Os artistas, diretores, roteiristas deveriam estar mais mobilizados, não deveria depender só do ministro ou do presidente da **Ancine**.

Qual o projeto de sua gestão para a Cinemateca Brasileira?

Recuperar a sua grandeza. A Cinemateca sofreu um ataque especulativo, se questionou até a gente ter investido R\$ 150 milhões na Cinemateca, mas se esqueceu que perdemos boa parte da história do nosso cinema. Há décadas das quais não temos mais nem a metade dos filmes. Quando fomos comprar o conjunto da obra de Glauber Rocha não existia mais um dos filmes. Então ela precisa recuperar esse papel. O investimento que foi feito a tomou uma das maiores cinematecas do mundo. A única coisa que não aconteceu é que ela promovesse mostras e exposições em todo o território brasileiro. É um parque de telecinagem e recuperação que é dos melhores do mundo. Ela tem que voltar a cumprir essa função. Dos mais de R\$ 100 milhões de investimentos foram menos de R\$ 3 milhões com problemas administrativos, onde houve problema de prestação de contas, e não houve roubo, houve imprudências administrativas. Vamos tirar a Cinemateca dessa criminalização em que a botaram e colocar ela para funcionar, funcionando para as escolas, para que Acre, Bahia, Pernambuco tenham contato.

Recursos são sempre complicados, mas vamos encontrar, com um modelo de gestão que estamos pensando. Uma das dificuldades é que a administração direta em organizações como a Cinemateca engessa muito. O melhor é criar uma estrutura como uma OS ou modelo do Theatro Municipal de São Paulo, que se

possa gerir dentro da lei com padrões de agilidade que a administração direta não permite. Não é privatizar, é flexibilizar procedimentos administrativos.

Em que pé está a criação do Canal da Cultura, previsto no decreto da TV Digital?

Está em processo de gestação. Queremos um canal pleno, sem limites, que está sendo organizado aqui dentro, na SAV, na Secretaria Executiva. Vai ser um canal integrado ao nosso conjunto de políticas, digital e aberto. Queremos estar afinados com o século 21. O canal ainda depende dos movimentos do governo em termos de cronograma. Nós temos pressa, mas uma vez concebida a montagem, será um projeto importante. É um canal de televisão, não um escoadouro do cinema, por isso buscamos uma linguagem específica de TV. Há necessidades do campo público na área de TV que não são cumpridos no Brasil. Esse Brasil precisa dialogar por esse processo.

Repercussão: